

14 JUL 1998

Governador quer a Bolsa-Escola no mundo inteiro

JORNAL DE BRASÍLIA

O governador Cristovam Buarque quer que a Bolsa-Escola seja adotada não só no Brasil, mas em todo o mundo, para erradicar o trabalho infantil, que hoje tira 250 milhões de crianças da sala de aula. Tanto, que não perdeu a oportunidade de encontra-se, extra-agenda, com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, que passou o dia de ontem em Brasília.

Pelas contas do governador, seria preciso cerca de R\$ 31,5 bilhões para tornar o programa Bolsa-Escola um projeto internacional. O dinheiro, segundo Cristovam, representa pouco mais do que 3,5% do dinheiro gasto pelos países com a compra de armamentos. A proposta que o governador fez ao secretário-geral da ONU é de criação de um fundo que angariasse recursos oriundos de diversas fontes, como por exemplo dos juros que os países pagam por conta de suas dívidas externas, para viabilizar as bolsas.

Cristovam entregou a Annan uma avaliação do programa Bolsa-Escola feita por entidades da própria ONU, como a Unesco e o Unicef. Este último, inclusive, já demonstrou interesse em utilizar a Bolsa-Escola em outros

países em desenvolvimento. O programa é reconhecido também pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O documento entregue ao secretário-geral ressalta a melhoria da performance das crianças, a redução da evasão escolar e da repetência após a adoção do programa, em 1995. "Ele foi muito receptivo à ideia de criar um fundo para adotar a Bolsa-Escola ou um programa semelhante", disse o governador após o encontro.

No Distrito Federal, a Bolsa-Escola beneficia atualmente 22.474 famílias e 44.529 crianças. O programa consiste no pagamento de um salário mínimo (R\$ 130) para as famílias carentes que mantenham todos os filhos com idade entre sete e 14 anos na escola, com frequência mínima de 90%.

A proposta do governador de criar um fundo que viabilize o pagamento de um benefício para que as famílias carentes mantenham os filhos na escola e não mendigando ou trabalhando irregularmente já foi apresentada a escalões menores da ONU e até mesmo ao Papa João Paulo II, quando Cristovam esteve no Vaticano.

MARIA EUGÊNIA

Repórter do Jornal de Brasília

Ivaldo Cavalcanti/ Divulgação